

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS: ORIENTAÇÃO PARA IDOSOS E GESTANTES EM DIANÓPOLIS-TO

SOCIAL SECURITY RIGHTS: GUIDANCE FOR THE ELDERLY AND PREGNANT WOMEN IN DIANÓPOLIS-TO

Ana Paula Ferreira Valadares ¹
Renata Salomão Gonçalves Lesse ²

Resumo: Este relato descreve uma ação de extensão universitária realizada em Dianópolis-TO com foco na conscientização sobre direitos previdenciários de idosos e gestantes atendidos pelo CRAS local. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da ação foi por meio de palestras, atendimentos individuais, produção de material informativo e atividades em eventos comunitários, o projeto superou as expectativas iniciais ao alcançar ampla adesão e promover efetivo empoderamento jurídico. A experiência demonstrou o impacto social do conhecimento jurídico acessível como ferramenta de cidadania.

Palavras-chave: Direito previdenciário. Extensão universitária. Cidadania. Grupos vulneráveis. Conscientização.

Abstract: This report describes a university extension activity held in Dianópolis-TO focused on raising awareness about social security rights among elderly people and pregnant women served by the local CRAS. Through lectures, individual consultations, production of informative materials, and participation in community events, the project exceeded initial expectations by achieving broad engagement and promoting legal empowerment. The experience demonstrated the social impact of accessible legal knowledge as a tool for citizenship.

Keywords: Social security law. University extension. Citizenship. Vulnerable groups. Awareness.

-
- 1** Bacharel em Direito. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6644707438523964>. Email: anapaula@unitins.br.
 - 2** Professora Mestra, do Curso de Direito. Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Câmpus Dianópolis-TO, Brasil. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3472376561923305>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8752-8740>. E-mail: renata.sg@unitins.br
 - 3** Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais aplicada (FACISA); É professora na Secretaria Municipal de Educação da cidade de Barra do Garças, MT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3707520316058214>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8908-3153>. E-mail: reginasilvabonfim@hotmail.com
 - 4** Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET/IFTM, Campus Uberaba); É arquivista no IFTM, Campus Uberlândia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1341340835859437>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3952-6487>. E-mail: ricardor.arquivista@gmail.com

Introdução

O presente relato de experiência tem como objetivo descrever e analisar o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária voltado à promoção da conscientização e do acesso aos direitos previdenciários por parte de idosos e gestantes atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Dianópolis, no estado do Tocantins. A iniciativa, realizada ao longo de 12 (doze) meses, contemplou ações como palestras informativas, atendimentos individualizados, elaboração de cartilhas educativas e participação em eventos comunitários. Este relato apresenta a metodologia adotada, os resultados alcançados, os desafios enfrentados durante o processo e as reflexões teóricas e práticas originadas a partir da experiência vivenciada.

O acesso à Seguridade Social é um direito social, garantido a todos os cidadãos, conforme estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal. Esse direito visa assegurar a todos os indivíduos os meios indispensáveis à subsistência, em face de riscos sociais como doença, invalidez, velhice, morte, desemprego involuntário, encargos familiares e maternidade.

O desconhecimento dos direitos básicos e dos meios de acesso à justiça é uma consequência da desigualdade social e cultural, agravada pela falta de informação sobre a legislação. Cidadãos com menos recursos econômicos são particularmente vulneráveis a essa situação, pois tendem a ter menor conhecimento de seus direitos, o que os impede de reconhecer problemas como questões jurídicas e de buscar soluções legais.

Diante dessa realidade, o projeto foi concebido com o objetivo de disseminar informações relevantes de forma acessível e direta. Tendo como objetivo geral: a promoção de palestras de orientação e esclarecimento, de forma simplificada, sobre direitos fundamentais e como objetivos específicos: promover orientação e esclarecimento sobre direitos fundamentais de forma simplificada; prestar orientações pontuais sobre os benefícios vigentes, seus requisitos e como solicitá-los; e direcionar os indivíduos aos devidos órgãos legais, a fim de facilitar a resolução de problemas.

O conhecimento sobre o direito previdenciário ultrapassa a mera compreensão das normas jurídicas. Trata-se de um instrumento fundamental para garantir a cidadania e promover a igualdade de direitos e oportunidades. É especialmente importante que os grupos mais vulneráveis, como idosos e gestantes, tenham acesso a informações claras e acessíveis sobre seus direitos, pois muitas vezes desconhecem os benefícios que lhes são assegurados por lei. A conscientização acerca dos direitos previdenciários contribui diretamente para o fortalecimento de uma sociedade mais justa, participativa e inclusiva.

Metodologia

O projeto de extensão foi realizado no município de Dianópolis-TO, com foco no público-alvo dos idosos e gestantes atendidos pelo CRAS, durante período de um ano entre setembro de 2023 à setembro de 2024. A metodologia adotada teve como base uma abordagem participativa e dialógica, priorizando a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da autonomia dos participantes.

Foram realizadas reuniões com a equipe técnica do CRAS para alinhar a realização das ações extensionistas. Paralelamente, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica acerca dos direitos previdenciários e da legislação pertinente dos idosos e das gestantes. Para facilitar a comunicação e o planejamento das ações, criou-se também um grupo de trabalho no aplicativo WhatsApp, que reuniu os integrantes da equipe executora do projeto.

Para realização do projeto, houve uma primeira etapa com palestras informativas, voltadas para o público idoso, com os encontros abordando temas como os principais benefícios previdenciários, seus requisitos legais e os procedimentos para requerê-los. As apresentações contaram com o auxílio de recursos visuais, como slides, e utilizaram linguagem acessível, atendendo a um total de 98 idosos em dois dias de palestras. Ao final das palestras, foi reservado um momento para perguntas, promovendo o diálogo e o esclarecimento de dúvidas.

Diante da grande quantidade de questionamentos apresentados pelos participantes,

identificou-se a necessidade de oferecer orientações individualizadas. Assim, foram realizados atendimentos personalizados para análise de casos concretos, nos quais foram prestadas orientações jurídicas específicas.

Numa segunda etapa, foi organizada uma palestra exclusiva para um grupo de cerca de 20 gestantes, na qual foram tratados assuntos específicos relacionados aos benefícios previdenciários desse grupo, como salário-maternidade e direitos da gestante no INSS.

Concluídas as etapas presenciais, elaborou-se uma cartilha informativa sobre direitos previdenciários, redigida em linguagem simples e com o uso de ilustrações. Esse material foi distribuído aos participantes e também disponibilizado ao CRAS como instrumento de apoio contínuo.

Além disso, o projeto esteve presente na Feira Agrosudeste, evento comunitário que possibilitou maior visibilidade à ação e contribuiu para a ampliação da conscientização da população sobre direitos previdenciários. Houve, ainda, uma visita à comunidade quilombola do Lajedo, onde foram ofertadas orientações jurídicas, com o objetivo de promover a inclusão social e o acesso à cidadania.

Resultados

O projeto superou amplamente as expectativas iniciais. Além da expressiva participação da comunidade nas atividades presenciais, com resultados quantitativos de 98 idosos e 20 gestantes participantes, 03 alunas, 01 professora orientadora, 10 técnicos do CRAS de equipe executora da ação. Como resultados qualitativos ficou demonstrado que houve fortalecimento da rede de proteção social por meio da atuação conjunta com o CRAS. Os participantes demonstraram maior compreensão dos direitos previdenciários, refletida na busca ativa por benefícios e na disseminação das informações adquiridas a outros membros da comunidade.

Foi possível observar a importância do conhecimento para uma maior efetivação dos direitos, segundo Melo (2016) a relevância de um projeto reside em informar a população, pois no contexto atual a informação e o conhecimento socializados são elementos imprescindíveis para o esclarecimento de direitos.

Deste modo, este projeto não só contribuiu para a maior autonomia destes grupos vulneráveis, mas também reforçou a importância do trabalho colaborativo e do compromisso social.

Considerações Finais

A experiência evidenciou que a linguagem acessível e o contato direto com a população são estratégias eficazes para democratizar o acesso à informação jurídica. O impacto positivo do projeto reforça a importância da extensão universitária como promotora de cidadania, e aponta para a necessidade de replicação e continuidade de ações semelhantes, especialmente em regiões carentes de assistência jurídica.

Referências

MELO, Auricelia Nascimento. Relato de experiência do projeto de extensão acadêmica: direito previdenciário na comunidade. **Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 2, p. 193-197, 2016.

Recebido em 15 de setembro de 2024
Aceito em 10 de novembro de 2025